



# DESCENDO A LENHA NO CALOTE DA PERICULOSIDADE



buscar soluções justas e plausíveis para corrigir as não conformidades que comprometem a gestão da empresa, opta por penalizar os trabalhadores, desprezando os principais problemas de gestão, a exemplo dos contratos mal geridos que comprometem os serviços e recursos da empresa, sem contar com o desperdício com a aquisição de materiais não necessários para a empresa, e a realização de obras não justificáveis.

Outro aspecto que a empresa faz vista grossa, refere-se ao elevado índice de contratos com empresas terceirizadas, além de contratações de pessoas pelo famoso Artigo 37, diga-se de passagem, contratações sem necessidade, considerando que no quadro da empresa existem trabalhadores capazes de executarem os trabalhos realizados pelos referidos contratados, vale questionar também desvio de função a que vários trabalhadores (as) estão submetidos, sendo concursados para áreas técnicas, estão desenvolvendo serviços burocráticos, quando poderiam estar em campo combatendo perdas elétricas gerando divisas para a empresa e reduzindo custos com a contratação de terceirizados. Essas contradições administrativas somente vêm demonstrar a debilidade da gestão da empresa, uma vez que, não consegue enxergar as verdadeiras causas dos problemas administrativos, tenta cortar migalhas, enquanto pela porta dos fundos saem milhões.

O Sindicato ratifica seu compromisso com os trabalhadores, de lutar pela garantia desse direito que está sendo atacado pela patronal, já estamos agindo, a exemplo da denúncia no Ministério do Trabalho, reuniões com a direção da empresa, que resultaram em uma reavaliação administrativamente de alguns casos, e desde já o sindicato disponibiliza seu departamento jurídico para todos os trabalhadores que se sentirem injustiçados possam questionar judicialmente essa arbitrariedade.

Vamos à luta companheiros, buscar o que é nosso e defender nossos direitos.

Em dezembro do ano passado a empresa Eletrobras Amazonas Energia resolveu dar um “presente de grego” a seus trabalhadores (as). De forma unilateral e autoritária, sem ouvir os principais interessados, resolveu retirar o pagamento do Adicional de Periculosidade de 450 colaboradores.

Contratou-se uma empresa privada

de consultoria (PREVINE) para realizar o trabalho de levantamento e elaboração do laudo técnico sobre o assunto, entretanto, neste contexto, os trabalhadores envolvidos não foram consultados, fato que caracteriza uma decisão autoritária por parte da direção da empresa.

Lamenta-se que a direção da Eletrobras Amazonas Energia ao invés de

**DESCENDO A LENHA NA PRIVATIZAÇÃO**

pag. 2

**DESCENDO A LENHA NO DESCASO COM AS AGÊNCIAS DO INTERIOR**

pag. 3

**TRABALHADORES DA MANAUS I DESCEM A LENHA NOS DESPERDÍCIOS E FALTA DE MANUTENÇÃO**

pag. 4

# DESCENDO A LENHA NA PRIVATIZAÇÃO

Temos observado nos últimos meses uma série de publicações especulativas concernentes a possíveis privatizações das empresas distribuidoras de energia elétrica do sistema Eletrobras, dentre elas a Amazonas Energia. Ressaltamos que as privatizações dos setores de energia elétrica e saneamento básico, implementadas pelos governos que antecederam o governo Lula, não proporcionaram melhorias a população, muito pelo contrário, aumentaram os valores das tarifas e a precarizações dos serviços e das relações trabalhistas.

É importante lembrar o caos que a política de privatização deixou o sistema de energia elétrica no Amazonas (Amazonas Energia e CEAM), as empresas sofreram intervenções para que fossem privatizadas (fato que não aconteceu graças à luta da Categoria), nesse contexto, trabalhadores foram demitidos em massa e investimentos deixaram de ser aplicados no sistema, essa situação foi extremamente prejudicial à população e ao desenvolvimento do Estado do Amazonas, considerando que os serviços regrediram na qualidade de atendimento.

Conforme o presidente do Sindicato, Edney Martins, a política de privatização das empresas de eletricidade não só demonstrou sua inviabilidade no Brasil, mas também em países vizinhos, como é



caso da Argentina que convive com uma crise no referido setor, as empresas públicas foram entregues à iniciativa privada naquele país, porém, tal iniciativa não fez os investimentos necessários no sistema elétrico argentino.

Diante da ameaça de privatização, o Sindicato dos Urbanitários do Amazonas em conjunto com sindicatos dos Urbanitários de outros Estados, Federação Nacional dos Urbanitários, parlamentares e outras instituições realizaram o 3º Seminário das Distribuidoras que teve como objetivo construir um conjunto de ações para contrapor a privatização.

Não queremos acreditar que o gover-

no da presidenta Dilma esteja planejando em prosseguir com a política neoliberal do governo FHC, ou seja, de privatização do setor elétrico do País, considerando que a mesma foi eleita com apoio da maioria dos trabalhadores e com compromisso de não sacrificar o povo, e esse compromisso temos de cobrar.

Nessa construção de sinergia para combater o procedimento de privatização ameaçador, o apoio político é fundamental, para isso, já estamos buscando esse apoio junto aos parlamentares do Estado do Amazonas. No dia 16 deste mês, foram protocoladas correspondências aos parlamentares estaduais e federais do Estado do Amazonas (deputados e senadores) solicitando audiências para discussão do referido processo e pedido de apoio no combate contra o processo de privatização. Ainda em janeiro, o sindicato coordenará uma campanha na mídia e junto à população, para esclarecermos os malefícios da entrega do setor elétrico ao capital privado.

Dia 25 de fevereiro, iremos realizar uma grande reunião em Brasília com as bancadas parlamentares dos seis estados, a fim de discutirmos nossa ação no parlamento. Companheiros, é hora de nos prepararmos para a guerra, e nesse momento a nossa união pode significar os nossos postos de trabalho.

# DESCENDO A LENHA NO ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO



## ASSÉDIO MORAL É CRIME



**DENUNCIE!**

Tão antigo quanto o trabalho, o assédio moral é um grave problema enfrentado pelos trabalhadores, pois, afeta diretamente seu desenvolvimento social e profissional no ambiente de trabalho. Tal atitude antiprofissional, caracteriza-se por agressões verbais e morais tornando clara violação ao princípio da dignidade da pessoa humana e consequentemente a saúde dos trabalhadores e prejudicial à gestão positiva da empresa.

O caso mais comum está na relação patrão x empregado, onde o primeiro usa o seu poder como chefe para criar situações constrangedoras e até humilhantes aos seus subordinados, instalando assim, um clima negativo e insustentável dentro da empresa, forçando o empregado a pedir mudança de departamento, setor e quando não possível até a própria demissão. Essas atitudes, quando praticadas com frequência, trazem muitos malefícios aos subordinados como doenças físicas e psicológicas.

Lamentavelmente essa prática prejudicial ainda está inserida nas organiza-

ções privadas e públicas deste país. Infelizmente, é com tristeza que temos de denunciar ocorrências de assédio moral praticada em áreas da empresa Eletrobras Amazonas Energia, onde determinados "chefes" usam o poder hierárquico, e de forma autoritária gerenciam as atividades, impondo ordens aos trabalhadores.

O Sindicato está verificando esses atos arbitrários que vem ocorrendo no ambiente da empresa, bem como, identificando seus autores, cobrando providências por parte da direção da empresa, para que essa prática seja eliminada do ambiente de trabalho. Orientamos que a Eletrobras Amazonas Energia reveja seu conceito de gestão e capacite melhor seus líderes, treinamento e conscientização são as principais armas contra este mal, além, é claro, do respeito constante com os trabalhadores, caso contrário, tanto a empresa quanto o autor terão de responder judicialmente pelos seus atos, situação que não desejamos que aconteça. **Assédio moral é crime, denuncie e desça a lenha!**

## DESCENDO A LENHA NOS CONFLITOS DO SUL DO AMAZONAS, NO GOVERNO NEGLIGENTE E NA EMPRESA OMISSA.



O desaparecimento do companheiro Aldeney Ribeiro Salvador à serviço da empresa em terras indígenas, nos leva a fazer as seguintes perguntas que terão de ser respondidas pela Eletrobras Amazonas Energia: **Que condições são disponibilizadas aos trabalhadores das agências do interior do Estado, que desenvolvem suas atividades dentro de áreas indígenas? A empresa tem garantido a segurança dos trabalhadores nestas localidades? De que forma é realizado o transporte desses trabalhadores?**

Sabe-se de situações que expõem os trabalhadores a risco de vida em várias localidades onde a empresa Eletrobras Amazonas Energia tem suas agências, inclusive com as mesmas negligências administrativas que constatamos em Santo Antônio do Matupi. Lamentamos a forma como a empresa vem tratando a ocorrência, ou seja, como um simples acidente, apenas fazendo protocolos formais, secundarizando o lado humano que o caso requer

não dando apoio necessário à família desse trabalhador.

Repudiamos a postura inadequada da direção da empresa com o referido caso, inclusive não vimos em nenhum momento à empresa se manifestar publicamente em favor do seu colaborador. Vale ressaltar que, o Sindicato formalizou documento pedindo informações das providências que estavam sendo adotadas, mas não obteve respostas com a mesma formalidade por parte da Eletrobras Amazonas Energia, a falta de colaboração foi além do esperado, no dia da manifestação dos trabalhadores, a Diretoria da empresa recusou-se a contribuir com a ação em prol do companheiro, ou seja, não liberou os trabalhadores para participar do ato público, atitude infeliz e lamentável.

Responsabilizamos também, o governo brasileiro e seus órgãos que tratam das questões indígenas e de justiça, pois com a política suja de leilão de cargos públicos, colocam a frente de órgãos como a FUNAI, pessoas despreparadas para dirimir qualquer tipo de conflito, mesmo sabendo que tal desordem estava estabelecida e que mortes e outros desaparecimentos já haviam ocorridos na região. Ao ministério da justiça que não toma nenhuma ação para acabar com o pedágio espúrio e fraudulento exercido pelos índios Tenharim na Transamazônica, e pelo completo abandono por parte do estado brasileiro naquela região.

Gostaríamos de lembrar que além das responsabilidades legais que a empresa tem com seus trabalhadores, existe também a política de responsabilidade social, responsabilidade esta que não vimos no momento em que a família do companheiro Aldeney Salvador pre-

cisou, é necessário entender que essa política não se resume apenas em palestras, atos simbólicos, teorias e comemorações festivas, mas principalmente na prática de ações consistentes que tragam resultados positivos aos trabalhadores e a seus familiares, pois, estes, são os principais responsáveis pelo funcionamento da empresa.

Ao completar um mês do desaparecimento de nosso companheiro Aldeney Salvador, lamentamos amargamente a falta de providências e de competência de pessoas que deviam fazer seu trabalho para evitar esse tipo de mazela. Solidarizamos-nos com os familiares dos três companheiros, disponibilizamos a entidade sindical para o que poderemos ajudar e cobramos do poder público JUSTIÇA, e vergonha na cara.

Nesta última quinta-feira, o presidente da entidade, companheiro Edney Martins, esteve pessoalmente em Huma-



itá, onde reuniu com trabalhadores da região, participou de culto onde manifestou toda a indignação e tristeza dos Urbanitários com a situação, na ocasião o companheiro se solidarizou com os familiares, e mais uma vez disponibilizou a entidade sindical para o que hou-  
ver.

## DESCENDO A LENHA NO DESCASO COM AS AGÊNCIAS DO INTERIOR

O descaso administrativo que vem acontecendo nas agências do interior da Eletrobras Amazonas Energia é mais uma das não conformidades apresentada pela gestão da empresa. Esse problema parece ser recorrente ao longo dos anos e, apesar da criação de uma diretoria específica, as precariedades dos serviços continuam prejudicando o desenvolvimento dos municípios.

Algumas inabilidades de gestão contribuem a problemática em epígrafe, a exemplo da retirada de autonomia das agências e a falta de condições necessárias para o seu gerenciamento. Entendemos que esse ato da direção da empresa, somente fragiliza e burocratiza os sistemas do interior do Estado, situação que é

negativa para os serviços e consequentemente a imagem da empresa.

Para ratificar as observações de gestão deficiente, destacamos os diversos apagões que ocorreram no final de 2013 (dezembro), situação que não deixou a população nada satisfeita, considerando que em muitos casos o apagão ocorreu na hora da ceia natalina das famílias, a exemplo do município de Itacoatiara.

É inadmissível aceitar que os problemas da empresa serão solucionados através de cortes de recursos, redução de investimentos e mão de obra nas agências do interior. Como se não bastasse toda essa situação, a empresa vem dando calote no pagamento de horas extraordi-

nárias que são feitas pelos trabalhadores, contudo, o sindicato já está averiguando o fato para tomar as providências devidas.

As críticas evidenciadas por esta Entidade Sindical, não tem o objetivo de desqualificar a direção da empresa, mas que elas sejam absorvidas pelos gestores da empresa com compreensões construtivas, pois, caso contrário os erros prosseguirão e terão consequências graves.

Temos a compreensão que somente com a valorização dos trabalhadores, atos administrativos assertivos e dotando as agências de ferramentas necessárias, a Eletrobras Amazonas Energia alcançará resultados positivos e soluções para os problemas que vem ocorrendo no interior do estado.

# MANAUS I, DESCENDO A LENHA



**Máquina regeneradora de óleo exposta ao tempo e banheiro são usado como depósito de arquivos técnicos**

Tem um velho ditado que diz: “gerenciar não é para qualquer um”, o ditado está correto, pois, essa atribuição somente pode ser delegada aos profissionais capacitados, caso contrário, a organização terá problemas administrativos graves com reflexos negativos sobre os resultados dos trabalhos. Essa situação, podemos observar na Eletrobras Amazonas Energia, na Manaus I (DTT-Manutenção) muitos são os problemas que certamente interferem sobre os resultados das atividades do dia a dia daquela área e que podem trazer sérios prejuízos à empresa, vejamos:

As condições de trabalho é um fator importante dentro do ambiente de trabalho, mas na Manaus I, precisamente na área de manutenção, a realidade dos banheiros masculinos e femininos é uma verdadeira calamidade, não oferece condições adequadas para os trabalhadores utilizarem.

Pasmem companheiros! O recinto serve até de biblioteca/arquivo armazenando livro e documentos técnicos do setor.

Outra pouca vergonha são os veículos utilizados, todos velhos apresentando problemas de toda ordem, inclusive com falta de manutenção, situação que coloca os trabalhadores em risco de vida. As não conformidades não param por ai, o setor que realiza trabalho de soldagem funciona em local inadequado, expondo a segurança das pessoas que transitam pela área.

Não compreendemos como os gestores da empresa não conseguem visualizar as necessidades das áreas, na Linha Viva há tempo o setor precisa de melhor estrutura, inclusive de equipamento para que os serviços sejam executados com eficiência e segurança.

A empresa sempre coloca como alvo os direitos dos trabalhadores como forma

de corrigir os problemas financeiros, quando deveria atacar as verdadeiras causas. Na Manaus I existe uma máquina Regeneradora de Óleo Isolante (nova) exposta ao tempo, mas que nunca foi usada, pergunta que não quer calar: **Qual o valor desse equipamento? Porque foi comprada?** São desperdícios de recursos públicos como esse que prejudicam o resultado da empresa, e que devem ser eliminados.

Outro assunto abordado pelos companheiros é a falta diálogo com os trabalhadores referente à Desverticalização da Empresa, os colaboradores estão a ver navios não entendendo o que está acontecendo no ambiente de trabalho, devido a essa “caixa preta”. Por exemplo, no setor de Despacho de Carga, trabalhadores que foram qualificados para trabalharem no sistema de 230 KV estão trabalhando na manutenção de 69 KV, enquanto que outros colaboradores sem capacitação suficiente estão sendo deslocados para executarem serviços nos sistemas de 230 KV.

Outra situação foi a mudança do C.O.D para Sede I, “feita nas coxas”, deixando com dúvidas os colaboradores que ficaram na Manaus I. Não entendemos a razão desse segredo da desverticalização. Devido a esse mistério, pensamentos pairam nos trabalhadores: **está existindo apadrinhamento? Quais critérios estão sendo aplicados nas mudanças?**

## USINA II, DESCENDO A LENHA.

Os trabalhadores da Usina II neste mês de janeiro se depararam com um problema, digamos gritante, e que demonstra mais uma situação de não conformidade administrativa, a falta de médicos da empresa, isso mesmo, em alguns locais como é o caso da referida área, os médicos são fixos para atenderem os colaboradores, mas infelizmente neste mês, os mesmos não puderam contar com esse atendimento, pois, a informação obtida foi que todos os médicos haviam entrado de férias, se isso for verdade podemos dizer que é um verdadeiro absurdo.

## USINA I, DESCENDO A LENHA.



Os companheiros da Usina I denunciam um problema consensual de outras áreas, a péssima qualidade da água potável que é disponibilizada para ser consumida pelos trabalhadores. Verificando a denuncia, o sindicato ficou sabendo que a CIPA há algum tempo já vem alertando a empresa sobre o referido problema, a água apresenta sujeiras que certamente são prejudiciais à saúde de quem consome, entretanto, nenhuma providência foi tomada, exigimos uma análise físico-química urgente, desta água para que possamos ter segurança do que estamos consumindo.

Outro descalabro, é a ultima ação desconforme emanada pelos staffs da empresa, é a imposição de uma prova ou teste imoral aos companheiros da operação da usina, como se cada trabalhador para estar aqui, não tenha passado em um concurso público, se o objetivo é dimensionar o demanda de formação do quadro profissional, porque não é coordenado pelo setor de formação da empresa? O que verificamos é uma tentativa golpista de tentar inviabilizar futuras cobranças judiciais de incongruências geradas pela empresa e pelos seus staffs.



**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS URBANAS DO ESTADO DO AMAZONAS**  
 Rua Barcelos, 2496 - Cachoeirinha - Manaus/AM - CEP: 69065-190

Site ([www.stiuam.org.br](http://www.stiuam.org.br))  
 email: [stiuam@bol.com.br](mailto:stiuam@bol.com.br)

Fones: 992) 3611-4082 3611-2759 - Fax: 3611-4979  
 facebook: Sindicato dos Urbanitários do Amazonas